

### **Nota sobre reunião da Comissão de Organização da Conferência Mundial de Seguridade Social**

A Comissão Organizadora da Conferência Mundial de Sistemas Universais de Seguridade Social, reunida em Brasília no dia 22 de janeiro, teve como pauta de trabalho a avaliação do processo de organização da conferência, o desenho de um plano de ação para a mobilização internacional e a análise do processo de mobilização nacional. Estava também na pauta a escolha dos expositores da conferência, mas em virtude do avançar do tempo, esse ponto foi transferido para a próxima reunião da comissão nos dias 26 de fevereiro.

No que se refere ao **primeiro ponto da pauta**, segundo os membros do comitê executivo, apesar das articulações com embaixadas e organismos internacionais setoriais e das reuniões com ministros nacionais das pastas envolvidas e com a secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, o processo de mobilização internacional não tem sido satisfatório. De acordo com eles, o número de delegados internacionais confirmados ainda é pequeno em relação ao que se espera para a realização da conferência.

Na avaliação geral, os fatores que têm dificultado o sucesso da mobilização consistem na opção de tentar reunir governo e sociedade civil no mesmo processo e na natureza ideológica do tema.

No primeiro caso, há dificuldades relacionadas tanto à diversidade e fragmentação na organização dos movimentos sociais em cada país (nenhum movimento social consegue representar todo o conjunto relacionado à seguridade social) e quanto à legitimidade de representação nacional (quem representa a delegação nacional: governo ou sociedade civil? Que área da proteção?) em um quadro de antagonismos em muitos países.

No segundo caso, observou-se que o conceito de universalidade provoca divergência e conflitos em diversos países, uma vez que a grande maioria não possui sistemas universais. Isso torna o tema politicamente difícil de ser tratado na conferência, pois boa parte das delegações terá dificuldades de se comprometer com as posições definidas em favor da universalidade.

Diante do exposto, o posicionamento dos integrantes foi unânime optando pelo adiamento da Conferência, sendo escolhida a data de 01 a 05 de dezembro de 2010 para a realização do evento. Em uma análise histórica sobre o tema, o CEBES enfatizou a relevância impar da conferência no Brasil e lembrou o elevado custo político de falhas na realização da Conferência, repercutindo em perda de legitimidade do tema no cenário político.

Para a representação do CEBES, o compromisso com a universalidade surge no contexto específico do pós-guerra sustentado por um amplo pacto de solidariedade política e pela busca efetiva do pleno emprego por meio das políticas Keynesianas. Com a crise dos anos setenta, a universalidade tem sofrido diversos ataques por parte de governos conservadores.

Afirmou ainda que a universalidade é algo ainda mais caro no contexto latino-americano, tendo em vista as dificuldades enfrentadas para concretizar reformas mais inclusivas como o caso da seguridade social no Brasil. Afirmou ainda a necessidade do sucesso da mobilização para que o tema seja pauta nas



campanhas presidenciais deste ano e reivindicou a inclusão de parceiros nacionais e internacionais na comissão organizadora, como a Federação Mundial de Saúde Pública.

Em relação ao **segundo ponto da pauta**, relativo ao desenho de um plano de ação para a mobilização internacional, a estratégia da comissão abrange um conjunto de reuniões internacionais entre fevereiro e julho (EUA, África, Ásia e Europa), a divulgação em eventos nacionais e internacionais (Fórum Social Mundial, Assembléia da OIT, Fórum de Previdência Social das Américas, etc.), exposição na mídia nacional e internacional, entre outros.

Consta também nesse processo o lançamento virtual da conferência com debates transmitidos on-line e uma reunião presencial com todos os continentes, se possível em junho. As principais dificuldades têm sido a confirmações de palestrantes de grande porte e a arrecadação de recursos financeiros para custear o deslocamento de delegados de outros países.

Todo esse processo será monitorado a partir da construção de um painel ou mapa de contatos por país, onde estarão definidas as responsabilidades e as atividades desenvolvidas ao longo do período de organização.

O CEBES também se colocou à disposição para ampliar sua participação no processo de mobilização da Conferência, por meio da articulação com a rede de núcleos estaduais e as alianças com organizações internacionais como a ALAMES e a FEDERAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE PÚBLICA, entre outras. Além disso, estará presente em uma comissão que irá contribuir para a elaboração de textos sobre temas recentes relacionados à seguridade social.

Quanto ao **terceiro ponto da pauta**, o processo de mobilização nacional tem sido considerado insuficiente, sendo observada pouca mobilização por parte das entidades nacionais envolvidas. Na avaliação da comissão, o processo de escolha dos delegados não foi bem conduzido, uma vez que não houve critérios bem claros de seleção e a dinâmica resultou em discussões e injustiças.

Ficou como ponto inicial de pauta da próxima reunião, a ser realizada no dia 26 de fevereiro, a escolha dos palestrantes que irão conduzir o debate sobre os temas centrais propostos para a conferência.

Em 22 de janeiro de 2010.

**Assis Mafort Ouverney**

DIRETORIA NACIONAL AMPLIADA DO CEBES